

Administração dos diferentes domínios da vida: vivências e percepções das detentoras da guarda dos filhos

Management of different life domain: child custody holders' reality and perception

ANA PAULA NERY ROSADO *

KARLA MARIA DAMIANO TEIXEIRA **

MARIA DAS DORES SARAIVA DE LORETO ***

VIVIANNE DELFINO ALBUQUERQUE ANDRADE ****



RESUMO – O presente artigo apresenta resultados de um estudo que teve por objetivo analisar a administração dos diferentes domínios da vida pelo detentor da guarda unilateral do filho antes e após a dissolução da sociedade conjugal. A pesquisa, de natureza exploratório-descritiva, foi realizada com 18 detentoras da guarda unilateral dos filhos do município de Viçosa/MG. Para os dados quantitativos obtidos por meio da entrevista foi utilizada a análise univariada. No que se refere ao tratamento qualitativo das informações, foi feita a análise de conteúdo. Na administração dos diferentes domínios da vida, destacou-se a reestruturação do tempo e o estabelecimento de novas demandas e prioridades. Dessa maneira, toda e qualquer mudança na estrutura da família produz um remanejamento de funções, modificação nos papéis desempenhados e adaptação ao novo cotidiano familiar, e, com isso, a novos modos de se relacionar e de administrar a vida.

Palavras-chave – Família. Domínios da vida. Dissolução conjugal.

ABSTRACT – This article presents the results of a study whose objective was to analyze the management of different life domain by the unilateral child custody holder before and after conjugal dissolution. This descriptive-exploratory study was carried out with 18 child custody holders from Viçosa, MG. For the quantitative data obtained by interview, it was used a univariate analysis and regarding to the qualitative treatment of the information, content analysis was carried out. In the management of the different life domain, time restructuration and establishment of new demands and priorities stood out. Therefore, every and any change in the family structure produces a re-management in the functions, changes on the performed roles and adaptation to a new family life routine and therefore, to new manners of relating with other people and of managing life.

Keywords – Family. Life domains. Conjugal dissolution.

* Bacharel e Mestre em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa. Extensionista Rural da EMATER, Brasília – DF, Brasil. *E-mail:* anapaularosado@yahoo.com.br

** PhD em Family and Child Ecology, Michigan State University, Estados Unidos. Professora Associada do Departamento de Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa – MG, Brasil. *E-mail:* kdamiano@ufv.br

*** Doutora em Economia Aplicada, com Pós-doutorado em Família e Meio Ambiente pela University of Guelph - Canadá. Professora Associada do Departamento de Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa – MG, Brasil. *E-mail:* mdora@ufv.br

**** Doutora em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa. Professora da Faculdade de Viçosa, Viçosa – MG, Brasil. *E-mail:* viviannedaa@globo.com

Submetido em: agosto/2011. Aprovado em: setembro/2011.

Desde o século XX, a sociedade tem sido marcada por inúmeras mudanças econômicas, sociais, demográficas e culturais e, uma vez que a família é vista como uma instituição básica da sociedade, essas transformações repercutem diretamente na estrutura, composição e funcionamento familiar.

Essas mudanças, conforme Saraiva (2000), podem ser explicadas pela inserção feminina no mercado de trabalho e pela globalização, que trouxeram expressiva queda nos níveis de fecundidade, aumento das separações e divórcios, aumento do número de famílias sem a presença do cônjuge – quer seja masculino ou feminino – e incremento de domicílios unipessoais.

Novas e variadas concepções e valores acerca da vida em comum emergiram no Brasil a partir do final dos anos 1960 e início de 1970. Estudos sugerem que assincronias e ambiguidades marcam o período de mudanças no mundo moderno. O avanço na ruptura dos vínculos conjugais, a incidência das uniões do tipo consensual ou informal, o crescimento no número de famílias chefiadas por mulheres e a crescente autonomia do sexo feminino, decorrente da conquista de novos papéis na sociedade, de sua crescente profissionalização e do aumento das oportunidades de emprego, são algumas das mudanças que podem ser citadas. Essas são questões-chave que precisam ser analisadas para se facilitar a transição para uma etapa mais satisfatória do ponto de vista das relações de gênero, a fim de que as mudanças não se traduzam em reais desequilíbrios familiares (OLIVEIRA, 1994).

Especificamente, Oliveira (2004) ressalta que, no conjunto de mudanças pelas quais perpassa a família, estão as alterações em sua estrutura, que provocam mudanças no sistema de relações, na definição dos papéis feminino e masculino e na sua forma de reprodução social (GASPARONI, 2007). As relações conjugais na segunda década do século XXI não se firmam somente pelo casamento e, com o divórcio, surgem novas formas de organizações familiares, sendo que os papéis sociais destinados ao homem e à mulher não estão delineados como em décadas anteriores.

Com o aumento das taxas de separação, divórcio e recasamento, verifica-se um crescimento do número de adultos vivendo sós e de famílias monoparentais, destacando-se, também, o número de homens/pais detentores da guarda dos filhos e a conseqüente desmistificação do que era o papel feminino e o masculino. A complexidade da vida familiar aumenta em razão do aumento no número de famílias reconstituídas (SARAIVA, 2000).

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2008), no período 1997 a 2007, no conjunto de famílias com todos os filhos menores de 16 anos, houve crescimento da proporção de famílias monoparentais, passando de 19,2% para 21,8%. É interessante observar que a proporção de famílias monoparentais masculinas apresentou, também, ligeiro crescimento de 7,8% para 9,8%, no mesmo período. Em 2008, os divórcios diretos

¹ foram 70,1% do total concedido no país, enquanto os divórcios indiretos² representaram 29,8% desse total (IBGE, 2008). Destaca-se, ainda, o aumento no número de separações e divórcios que, no período de 1993 a 2003, chegou a 17,8% e 44%, respectivamente. Ressalta-se, ainda, que cerca de 69% dos casais que se divorciam têm pelo menos um filho (IBGE, 2008).

Outros resultados do IBGE (2009) apontaram que, em 1998, 55,8% das uniões eram do tipo casal com filhos e, em 2008, esse percentual caiu para 48,2%. E, ainda, neste mesmo período, a proporção dos domicílios unipessoais passou de 8,4% para 11,6%. Os recasamentos representando 10,1% das uniões formalizadas em cartório em 1998 passaram, em 2007, a representar 16,1% das uniões.

Houve, também, um significativo aumento de mulheres na condição de pessoa de referência do domicílio, passando de 25,9%, em 1998, para 34,9%, em 2008. Neste mesmo período, há, também, o crescimento da proporção das mulheres declaradas como pessoa de referência, apesar da presença de um cônjuge (2,4% para 9,1%) (IBGE, 2009).

Esses dados são importantes uma vez que os arranjos familiares repercutem na administração dos diferentes domínios da vida³ (DOMBECK e WELLS-MORAN, 2011).

A administração equilibrada dos diferentes domínios da vida reflete na qualidade das relações familiares e em seus mecanismos de funcionamento.

Nesse sentido, pressupõe-se que uma situação de divórcio afeta a administração dos diferentes domínios da vida, pois como comentam Carter e McGoldrick (2001), novas regras e padrões devem ser desenvolvidos pelas unidades familiares após o divórcio, considerando que os hábitos e rotinas que antes eram tidos como consolidados agora não o são mais. Os relacionamentos com todos os sistemas fora da unidade familiar também se modificam – família ampliada, amigos, vizinhos, escola, trabalho, etc. –, podendo ser fonte de crises e estresse para os membros familiares.

Diante desse contexto, o objetivo geral que norteia este artigo consistiu em analisar a administração dos diferentes domínios da vida pelo detentor da guarda unilateral do filho antes e após a dissolução da sociedade conjugal.

Metodologia

O estudo⁴ foi realizado no município de Viçosa/MG, localizado na Zona da Mata do estado de Minas Gerais.

A população estudada foi constituída por famílias residentes no município de Viçosa/MG que passaram pelo processo de separação ou divórcio, envolvendo a guarda dos filhos, no período entre 2006 e 2008 e finalizado no ano de 2008. Tal período foi estipulado porque, segundo Carter e McGoldrick (2001), a unidade familiar requer de um a três anos para lidar com o processo de divórcio, reestabilizar-se e continuar seu processo de desenvolvimento.

No processo para obtenção dos dados, inicialmente o pesquisador submeteu um pedido oficial aos juízes de direito do Fórum da Comarca de Viçosa requerendo a concessão de informações necessárias à pesquisa, explicitando-se o caráter sigiloso da mesma.

Foram analisados 227 processos que tramitaram perante o judiciário. Desses, 77 se enquadraram aos requisitos propostos pela pesquisa, cuja delimitação estava pautada em homens e mulheres separados ou divorciados, detentores da guarda unilateral dos filhos e residentes no município de Viçosa, Minas Gerais. Dentre estes processos de separação e divórcio, em 74 casos a guarda dos filhos menores de idade estava em poder da mãe, enquanto que em 2 casos a guarda era destinada ao pai e em 1 ao pai e a mãe.

Segundo Gil (2008), para populações estatisticamente finitas, ou seja, cujo número de elementos não excede a 100.000, uma amostra representativa deve estar respaldada na seguinte fórmula:

$$n = \frac{\sigma^2 \cdot p \cdot q \cdot N}{\ell^2 (N-1) + \sigma^2 \cdot p \cdot q}$$

Onde n representa o tamanho da amostra; σ , o nível de confiança escolhido expresso em número de desvios padrão; p , a porcentagem com a qual o fenômeno se verifica; q , a porcentagem complementar; N , o tamanho da população; e, ℓ , o erro máximo permitido (GIL, 2008).

Cabe ressaltar que o erro máximo permitido foi de 10%, o nível de significância de dois desvios e, para a porcentagem, utilizou-se o valor 50%.

Dessa maneira, uma amostra ideal seria composta por aproximadamente 44 casos. No entanto, buscaram-se 36 sujeitos, o que eleva o erro a aproximadamente 12%. Desses, 15 indivíduos haviam

voltado para o ex-cônjuge ou recasaram; um, os filhos já eram maiores de idade, não possuindo, assim, a guarda; um outro compôs o teste piloto; e uma entrevista não foi utilizada por não corresponder às expectativas do pesquisador, visto que a entrevistada não respondeu claramente às perguntas.

Dessa forma, a amostra foi composta por 18 participantes, com um erro de aproximadamente 21%, dada as características da população e a dificuldade da pesquisadora em encontrar os sujeitos que atendessem aos requisitos da pesquisa.

Desse modo, é importante destacar que além dos indivíduos descritos anteriormente, a pesquisadora procurou outros 8 indivíduos que estavam com o endereço incompleto ou a residência não foi encontrada; outros 7 que não foram encontrados em sua residência; 6 que não aceitaram participar da pesquisa; e 4 que mudaram de endereço ou cidade. Sendo assim, da população que foi composta por 77 casos que se enquadraram *a priori* aos requisitos da pesquisa, 61 sujeitos foram contatados, o que corresponde a 79% da população.

Sendo assim, a amostra foi intencional, uma vez que a sua seleção foi baseada na natureza das metas de pesquisa (BABBIE, 1999) e foi obtida aleatoriamente por meio do contato direto com os participantes.

Neste tocante, cabe ressaltar que os pais que eram detentores da guarda unilateral dos filhos e aquele que a guarda de um dos dois filhos ficava sob a sua responsabilidade foram procurados para a entrevista. Entretanto, um deles voltou para a ex-mulher justificando a dificuldade em cuidar dos filhos sem a presença da esposa e dois entregaram a guarda dos filhos para a ex-mulher.

Nesse sentido, foram coletados dados de natureza quantitativa e qualitativa por meio da aplicação de entrevistas junto às detentoras da guarda dos filhos.

Os dados quantitativos foram analisados utilizando-se a análise univariada, ou seja, cada variável foi estudada isoladamente e de forma descritiva (frequência, média, desvio padrão). Quanto aos dados qualitativos, foi feita a análise de conteúdo, que, segundo Bardin (2009, p. 21), “é uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação”.

Desse modo, após a transcrição dos dados, foi realizada a categorização, ou seja, a classificação dos elementos constitutivos do conjunto, por diferenciação seguida de um reagrupamento baseado em analogias, a partir de critérios definidos. Estas categorias não foram definidas *a priori*, mas emergiram do conteúdo das falas (*a posteriori*) (PUGLISI; FRANCO, 2003).

Resultados e discussão

Com relação às características socioeconômicas, todos os entrevistados eram do sexo feminino, com idade mínima de 27 e máxima de 48 anos, sendo que a média de idade foi de 36 anos. No tocante à vida conjugal, 14 entrevistadas encontravam-se separadas judicialmente e 4 estavam divorciadas. O tempo de duração do casamento variou entre 2 e 20 anos, com média de 11,4 anos de duração ($\sigma=5,6$ anos). Quanto à idade das mulheres na ocasião da separação, a média foi de 33 anos, o que se aproxima dos dados do IBGE (2008), que apontam que a idade média das mulheres no momento da separação e divórcio é de 35 e 40 anos, respectivamente.

No que se refere ao número de filhos, a média foi de 2 filhos, variando entre 1 e 3. O grau de escolaridade das entrevistadas apresentou discrepâncias, sendo que existiam entrevistadas que não haviam concluído o ensino fundamental ao passo que outras haviam concluído o ensino superior (Tabela 1), o que pode ter interferido na heterogeneidade das ocupações por elas exercidas.⁵ Com relação à formalidade do trabalho, 10 possuíam carteira assinada, seis estavam inseridas no mercado informal, e uma era estudante de pós-graduação, o que não lhe competia carteira assinada, embora tivesse remuneração na atividade.

A renda proveniente da atividade remunerada das entrevistadas variou entre R\$ 150,00 e R\$ 2.500,00, sendo que a média foi de R\$ 689,55 (σ =R\$ 690,17). A disparidade de renda pode ser explicada pelo fato de que as entrevistadas que detinham maior qualificação possuíam os maiores salários.

Das entrevistadas, 16 declararam receber pensão destinada a seus filhos menores de idade, sendo que uma a recebia em forma de compra de produtos alimentícios, outra em forma de pagamento da mensalidade escolar do filho e uma relatou não receber continuamente. O valor da pensão variou de R\$93,00 a R\$ 2.550,00, sendo a média de R\$ 619,94 (σ =R\$ 732). A renda proveniente de outras fontes (aluguel de imóvel, ajudas de programa social e de parentes) variou de R\$ 42,00 a R\$ 800,00, com média de R\$ 100,11 (σ =R\$ 208,52).

Conforme pôde ser constatado, a renda doméstica mensal concentrou-se na atividade remunerada das entrevistadas, pensão, ajudas de programas sociais e parentes. Seu valor variou de R\$ 280,00 a R\$ 3.800,00, sendo a média de R\$ 1.560,35 (σ =R\$ 1.134,34). É interessante observar que, para 10 unidades domésticas, mais de 50% da renda era proveniente da atividade remunerada da entrevistada, corroborando com os dados encontrados por Dermott (2006) e Silva (2005) sobre a reconfiguração do papel da mulher no orçamento doméstico.

Tabela 1 – Caracterização da renda mensal, renda *per capita* e contribuição dos residentes com o orçamento das unidades domésticas, Viçosa/MG, 2010.

Família	Renda mensal	Renda <i>per capita</i>	% proveniente da remuneração da entrevistada	Nº de residentes da unidade doméstica	Nº de residentes que contribuem com a renda da unidade doméstica
1	R\$ 3.060,00	R\$ 1.020,00	17	3	1
2	R\$ 2.780,00	R\$ 695,00	11	4	1
3	R\$ 826,00	R\$ 275,33	31	3	1
4	R\$ 280,00	R\$ 140,00	64	2	1
5	R\$ 770,00	R\$ 385,00	66	2	1
6	R\$ 344,00	R\$ 114,66	0	3	0
7	R\$1.460,00	R\$ 730,00	89	2	1
8	R\$ 2.100,00	R\$ 700,00	14	3	1
9	R\$ 719,00	R\$ 179,75	35	4	1
10	R\$ 3.800,00	R\$ 950,00	66	4	1
11	R\$ 652,00	R\$ 163,00	78	4	1
12	R\$ 1.400,00	R\$ 466,66	93	3	1
13	R\$ 3.140,00	R\$1046,66	80	3	1
14	R\$ 1.240,00	R\$ 413,33	88	3	1
15	R\$ 1.650,00	R\$ 825,00	61	2	1
16	R\$ 810,00	R\$ 270,00	63	3	1
17	R\$ 2.600,00	R\$ 866,66	46	3	2
18	R\$ 355,00	R\$ 118,33	42	3	1

Fonte: Dados da pesquisa.

Análise da administração dos domínios da vida após a dissolução conjugal

Analisou-se o processo administrativo dos diferentes domínios da vida, bem como suas alterações após a separação ou divórcio.

Como administrar o trabalho produtivo, reprodutivo e a renda familiar após a separação/divórcio?

Por meio dos depoimentos das entrevistadas, observou-se que no domínio *trabalho remunerado* cinco relataram que após a separação/divórcio estavam trabalhando mais, seguido de três que obtiveram crescimento profissional após a ruptura da relação matrimonial. Os seguintes relatos ilustram esses dados:

Antes tinha aquela responsabilidade do pai ajudar, hoje não, hoje é você sozinha tendo que se virar e a responsabilidade é o dobro, porque entra a educação, a conta de casa, tudo pra você resolver. A responsabilidade dobra, porque antes era dividida, agora não, agora sou eu sozinha. Tive, eu acho que agora trabalhar mais, porque antes eu ficava mais tranquila, tinha ajuda e hoje não, eu creio que hoje eu trabalho mais. (Entrevistada 14)

É diferente; para doméstica não tem qualificação, direitos; trabalhava mais, recebia menos, não tinha direito nenhum. Agora hoje eu já tenho uma qualificação, como se diz, eu posso fazer concurso né, eu tenho direito a seguro-desemprego, se precisar o INSS, o fundo de garantia, essas coisas que a doméstica não tinha, e o salário é razoavelmente melhor. (Entrevistada 12)

A busca por um melhor salário interfere diretamente no tempo dedicado ao trabalho remunerado, o que pode ser uma causa de conflito entre este e a vida pessoal e familiar, interferindo diretamente nos níveis de cansaço, estresse e fadiga, como também nos investimentos em qualificação profissional, garantindo maior satisfação pessoal. Assim, o trabalho remunerado possui um significado de realização e independência, indo além do rendimento financeiro, conforme apontado por Santos (2008) e ilustrado pela fala seguinte:

[...] Eu fiquei mais independente também, sabe, eu nunca tinha trabalhado de carteira assinada, eu me sinto mais importante, não sei, assim acho que porque eu não fico mexendo só com serviço de casa mais, sabe?! (Entrevistada 2)

Losada e Rocha-Coutinho (2007) também pontuam que, se anteriormente a família e a casa eram de importância primária para a mulher, o trabalho remunerado passa a ocupar um novo lugar em sua vida. Isso porque tem-se a ideia de que se ela não sair de casa para trabalhar, terá pouco valor. Além disso, estudos apontam que as duas principais razões pelas quais as mulheres se inserem no mercado de trabalho remunerado são as mesmas dos homens: satisfação pessoal e a necessidade de se sustentar e a seus dependentes (BENOKRAITIS, 2008).

Com relação à administração do trabalho remunerado considerando-se os demais domínios, é interessante observar que, apesar das dificuldades, as entrevistadas reorganizaram sua rotina de modo a atender à família e ao trabalho, mesmo que isso signifique a adoção de novos papéis e a consequente sobrecarga de trabalho. Essa questão é abordada na seguinte fala:

Na verdade, eu acho que antes tinha um pouco mais de facilidade, porque ele sempre me ajudou muito. Até a minha separação ele sempre foi muito paizão, ao ponto de eu chegar em casa e a casa estar arrumada, o almoço estar pronto, ela de banho tomado [...], então eu conseguia administrar com mais facilidade. Mas eu acho que eu sou melhor dona de casa, melhor mãe hoje, sem ele, porque com a falta dele eu assumi tudo. Hoje eu me dedico mais, bem mais. (Entrevistada 7)

O estudo de Wagner et al. (2005) encontrou que de oito tarefas pesquisadas relacionadas à educação, cuidados, sustento financeiro, lazer e suporte emocional dos filhos, seis delas eram divididas entre o pai e a mãe. Entretanto, como constatado no depoimento anterior, a divisão das tarefas entre os pais existia somente enquanto a família era nuclear, o que não foi constatado quando a família passou a ser monoparental.

Outra entrevistada expressou como era a administração do seu tempo para o cuidado com o filho, visto que a sua jornada de trabalho aumentou em virtude da necessidade de melhoria salarial, além de fazer um curso noturno com vistas ao crescimento profissional. Para ela, os cuidados com a casa e a família eram considerados obrigação. As novas necessidades pessoais e familiares advindas com o divórcio fizeram com que a depoente priorizasse sua atividade laboral e capacitação profissional e, dessa forma, o tempo disponível para as atividades consideradas como obrigatórias foi reduzido.

Foi notório nos depoimentos que a nova configuração familiar em virtude da separação ou divórcio exigia da mulher o estabelecimento de prioridades para a administração do seu tempo de modo a suprir as demandas pessoais e familiares que este rearranjo necessitava. O trabalho de Teixeira (2005) pontua sobre as dificuldades na alocação do tempo, papéis e energia para a administração da família e do trabalho. No entanto, essas dificuldades pareciam ser muitas vezes superadas, uma vez que a dissolução conjugal muitas vezes trazia consigo a possibilidade de a mulher se dedicar àquilo que acreditava ser prioritário.

No que tange ao *trabalho doméstico* é interessante ressaltar que 12 entrevistadas disseram que a carga de trabalho ficou mais leve, pois mesmo com a ampliação das responsabilidades familiar, laboral e doméstica, elas organizavam o cotidiano conforme as suas prioridades e não mais em função do cônjuge. O trabalho doméstico deixou de ser uma obrigação e passou a ser realizado quando possível.

Ah, mudou muito, porque eu não lavo pra ele, não passo, não cozinho. A cruz das costas saiu. Hoje eu faço de tudo, mas só que é mais fácil pra mim. (Entrevistada 4)

Antes eu ficava preocupada em deixar a casa sempre limpa, menino bem cuidado, almoço no horário certo para o marido e roupa. Menos sobrecarregada, verdade. O que dá para arrumar, eu arrumo, ou deixo para amanhã. Antes não, eu ficava doida pra arrumar, eu limpava até os pés da cama, aquela coisa doentia, hoje não. Hoje eu tirei uma responsabilidade dele, agora é só os meninos. Você concilia melhor do que com a vida conjugal. (Entrevistada 6)

Pode-se observar nos depoimentos o reestabelecimento de prioridades na administração do trabalho doméstico, uma vez que a saída do cônjuge da unidade familiar possibilitou à entrevistada a identificação de outras necessidades e desejos do novo arranjo familiar.

Em contrapartida, seis mulheres relataram que a carga do trabalho doméstico ficou mais pesada, conforme pode ser observado nas falas seguintes:

As únicas coisas que ele não fazia era lavar e passar, mas cozinhar, arrumar casa, ele sempre me ajudou muito. A gente sempre dividiu as tarefas domésticas. (Entrevistada 7)

Eu acho que a coisa que tá dificultando um pouco mais agora. É que antes eu tinha uma pessoa pra fazer a faxina, agora eu mesmo me viro pra fazer. Com o término, tive que cortar um pouco de gasto mesmo. (Entrevistada 15)

A sobrecarga no trabalho doméstico se deu pelo fato de anteriormente as tarefas serem divididas com o ex-cônjuge ou, em virtude da contenção financeira, as entrevistadas terem que dispensar a faxineira ou empregada doméstica. De acordo com Benokraitis (2008), pessoas divorciadas relatam maiores dificuldades financeiras, precisando realizar ajustes no orçamento a fim de manter o padrão de vida familiar. Conforme anteriormente mencionado, essa situação é pior para as mulheres, pois recebem, em média, renda inferior à masculina e ainda são as principais responsáveis pela guarda dos filhos, o que faz com que a renda *per capita* seja inferior à de famílias com a presença de ambos os cônjuges.

Com relação à administração da *renda familiar*, as citações de 10 entrevistadas estavam relacionadas à redução da mesma, mas a maioria das entrevistadas (seis) relataram que conseguiram adequar o orçamento doméstico à receita.

Bom, antes era tudo ele né?! Antes era ele que ele mantinha a casa né, eu trabalhava só na casa de família e o dinheiro assim eu comprava só roupas pros meninos, calçados, roupa pra mim... Água, luz, gás, a compra da casa, remédio, era tudo ele... Aí depois da separação veio tudo pra cima de mim, assim, eu passei a ser tipo o homem da casa... A pensão alimentícia foi pouca e ele queria que eu me virasse com aquilo ali mesmo e eu graças a Deus consegui. É pouco e eu consegui me virar. (Entrevistada 2)

No caso, a gente dividia, igual, por exemplo, a compra mensal ele que pagava, acho que conta de água e luz também era e eu pagava, assim, empregada, roupa das crianças, o que elas precisavam eu ficava responsável. Antes a responsabilidade dele dentro de casa era maior com relação à renda e hoje ele dá apenas a pensão. Eu consegui adaptar a minha família à renda que eu tenho. (Entrevistada 13)

É interessante observar como a divisão das despesas domésticas ocorria entre o casal durante o casamento. Enquanto ao homem competia prover a alimentação familiar, à mulher cabia suprir as necessidades relacionadas ao vestuário da família. Esses resultados também foram encontrados no estudo de Teykal e Rocha-Coutinho (2007), no qual as autoras afirmam que, apesar do incremento da participação da mulher no orçamento familiar, o homem ainda se mantém como o principal provedor da renda, visto que, na maioria das vezes, a remuneração masculina é superior à feminina.

Para uma entrevistada durante o casamento, o papel da administração da renda era somente do cônjuge, como demonstrado a seguir:

Antes era ele que administrava tudo, eu nunca saí pra comprar nada, eu fazia a lista e ele comprava. Não saía de casa nem pra ir à padaria, era mais ele. Hoje não, hoje quem administra sou eu, no caso, vejo onde tenho que pagar. Eu não ficava sabendo quanto que ele ganhava, chegava no fim do mês ele mesmo que chegava e saía pagando, eu não tinha acesso a essa parte de pagamento, eu dava as contas e ele pagava. Hoje ele me dá e eu que administro, eu vejo o que tem que pagar. (Entrevistada 6)

Seis entrevistadas relataram, ainda, que a renda passou a ser maior e a administração melhor do que antes da dissolução conjugal, como mostram as falas abaixo:

Minha vida está muito mais controlada do que antes. Não, não diminuiu, aumentou. Ele tem a obrigação de me dar aquele tanto e eu administro direitinho, né, então não falta nada. (Entrevistada 8)

Ele pagava sempre assim, o plano de saúde das meninas e água e luz, o resto era eu que fazia. Compra, roupa para as meninas, tudo era eu que tinha que fazer. Hoje eu pago tudo, mas aí, ele saindo no dia de separar também, as contas diminuíram. A luz abaixou, a água abaixou, gás eu quase não uso. Porque o dinheiro meu eu administro. Se colocar o dinheiro na mão dele, ele não administrava, por isso que eu acho que é bem maior agora. Ele me ajudava, mas o dinheiro era dele, agora não, agora o dinheiro é meu. Esse dinheiro ele passou para mim. Então, está nas minhas mãos e eu estou administrando ele. E eu administro melhor do que ele. (Entrevistada 16)

Com a separação/divórcio, as entrevistadas passaram a ter o poder de controlar os recursos financeiros, o que propiciou uma melhor administração da renda de todo o grupo familiar. Isso vai de encontro ao que é afirmado por Goldsmith (2000) em seu modelo de administração de recursos, que a composição familiar tem influência direta na administração de recursos na família. Além disso, ao administrarem a renda familiar, as mulheres passaram a exercer o poder decisório no tocante ao consumo, conforme ilustra a fala seguinte:

Eu acho que melhorou demais, melhorou muito porque se eu quiser comprar, igual depois que eu comecei a trabalhar em dois empregos eu já comprei televisão, micro-ondas, comprei mesa, cadeira, já comprei um jogo de quarto, já comprei DVD, cama para as meninas, colchão, máquina digital, coisas que eu nunca imaginava se eu estivesse casada. Na verdade tudo me estimulou foi depois da separação mesmo né, eu tinha que ter mais renda pra manter, para sustentar e para estar comprando essas outras coisinhas. Diminuiu a boca e aumentou a renda, querendo ou não acabou ficando mais confortável para mim e para as meninas. (Entrevistada 12)

Educação e cuidado: mudanças após a dissolução conjugal

No que tange ao domínio *educação dos filhos*, seis entrevistadas relataram que o ex-marido se ausentou nesse domínio da vida após a dissolução conjugal, conforme explicitado na fala a seguir:

Ele acompanhava mais do que eu, em termos de levar para a escola, ir em algumas reuniões, buscar boletim, antes ele fazia mais essa parte e depois da separação ficou para mim, mas nem sempre eu faço. Eles marcam sempre no horário que eu estou trabalhando, aí eu não participo das reuniões, mas eu estou sempre por dentro pelo fato da professora das duas me passarem o que está acontecendo com elas. Isso aí é uma parte que eu fico com dó delas, porque ele gostava de fazer parte disso, ele quem queria, entendeu, porque na época era ele quem trabalhava e eu ficava mais tempo com elas, então eu acho que ele devia achar que era uma forma delas verem que ele estava presente, alguma coisa assim, porque ele era bem presente enquanto a gente estava juntos, ele fez o papel dele de pai direitinho. (Entrevistada 12)

Esta fala salienta a mudança na administração desse domínio da vida em virtude da separação, visto que, após a ruptura conjugal, a entrevistada se inseriu no mercado de trabalho, o que reduziu o tempo disponível para as filhas e, além disso, deixou de contar com o apoio do ex-cônjuge em um domínio que era primordialmente administrado por ele. Importa ressaltar que, com a dissolução do

matrimônio, muitos homens deixam de exercer o papel de pai, afastando-se da prole, o que acarreta consequências negativas para as crianças, como problemas comportamentais, baixa autoestima, dificuldades acadêmicas, dentre outros (THORNBERRY et al., 1999; FURSTENBERG; KIERNAN, 2001; AMATO, 2002).

Segundo Dantas et al. (2004), os motivos que levam ao distanciamento entre pais e filhos é de grande importância para se entender o impacto da dissolução conjugal nos cuidados com a criança. Uma explicação é que, em função da inabilidade em manter relações com o ex-cônjuge, surge a impossibilidade de apoiar o filho. Além disso, o afastamento pode ser motivado pelo recasamento, no qual "... o pai biológico vai exercer o papel de pai social em outra família, reforçando a ideia de que os laços biológicos estão cedendo lugar aos laços sociais" (DANTAS et al., 2004, p. 353).

Outro fator marcante na fala de cinco entrevistadas foi que o papel de mãe na educação dos filhos melhorou após a separação/divórcio, conforme expressa a fala seguinte:

Ele sempre foi muito de brigar com os meninos, principalmente com o Lucas, brigava muito, chamava muito a atenção e tal, então ele era mais quieto sabe. Hoje, eu sou muito rígida, tanto com o Lucas como com a Joana, mesmo ela tendo 19 anos, aí se eu falar que não vai fazer um negócio, não vai, mas a gente conversa muito e antes não, antes chegava, brigava, xingava... (Entrevistada 13)

Constatou-se, também, que apesar da perda da autoridade paterna na educação dos filhos com a saída do cônjuge da casa, a autoridade das mães com os seus filhos, principalmente no que tange à educação comportamental, se fortaleceu e ficou mais criteriosa após a dissolução conjugal. Porém, importa ressaltar que estudos indicam que a mãe não substitui o papel paterno, pois se os pais que não possuem a guarda dos filhos não levarem a sério seu papel de pai, meros contatos ou mesmo passar algum tempo juntos pode não contribuir para o desenvolvimento da criança (AMATO; GILBRETH, 1999).

Para três entrevistadas não ocorreu mudança na administração da educação dos filhos após a ruptura conjugal, uma vez que o ex-cônjuge sempre esteve ausente fisicamente, conforme ilustrado a seguir:

Eu tive uma sorte muito grande, porque eu crio os meninos sozinha desde que eles nasceram, porque meu marido sempre viajou. Então eu já estava acostumada, eu não tinha a responsabilidade sozinha, mas eu já estava fazendo tudo sozinha, sabe?! [...] essa coisa de estudar foi sempre eu que fiz, de levar, de buscar, sempre foi eu. Nesse sentido está tranquilo porque eu já estava acostumada a fazer... (Entrevistada 1)

Outras três depoentes relataram a mudança no comportamento dos filhos, sendo que para duas a mudança foi para melhor e, para uma, a filha ficou mais rebelde. Para a criança a separação dos pais é, na maioria das vezes, a primeira grande mudança de sua vida, podendo gerar distúrbios comportamentais e no desenvolvimento. Este fato está associado às alterações que a ruptura da dissolução matrimonial causa no futuro da unidade familiar, gerando um sentimento de perda devido às mudanças da rotina diária e à interrupção no contato que os filhos possuíam com ambos os pais (EYMANN et al., 2009). No entanto, como pode ser averiguado na fala anterior, a mudança nem sempre é maléfica ao comportamento da criança, sendo que estudos indicam que a maior parte dos efeitos negativos do divórcio duram pouco tempo e dependem das dificuldades enfrentadas pré-divórcio, como problemas familiares, conflito e hostilidade, qualidade do relacionamento entre pais e filhos e dificuldades econômicas (BENOKRAITIS, 2008).

Além disso, duas depoentes citaram que sentiam falta da autoridade paterna na educação dos filhos, enquanto uma relatou que o ex-cônjuge estava mais presente na educação dos filhos após a separação/divórcio do que durante o casamento.

Com relação ao domínio *educação pessoal*, seis entrevistadas relataram que pararam de estudar quando ainda eram solteiras e quatro quando se casaram ou engravidaram, como pode ser constatado nas falas abaixo:

Eu comecei a fazer pedagogia na FDV e fiquei grávida dele, aí parei. Quando eu ia voltar, eu separo, aí minha vida vira aquela bagunça, então não teve jeito. Aí eu quero daqui a pouco voltar a fazer, que é uma coisa que eu gosto e eu acho que vou ter prazer ainda de poder fazer. (Entrevistada 1)

Eu engravidei, eu estava com 17 para 18 anos, aí eu saí da escola e não voltei nunca mais, mas eu me arrependo. (Entrevistada 2)

Outrossim, cinco depoentes relataram a busca pela capacitação profissional ainda durante o casamento, seja pela sinalização ou interesse pelo fim da união, ou pelo próprio crescimento profissional. Porém, para quatro não houve apoio do cônjuge nessa questão, conforme ilustrado na fala seguinte:

Eu queria separar e precisava de emprego. Em uns quatro anos de casada eu queria separar, já não estava aguentando mais, mas eu não podia separar porque eu não tinha emprego, aí eu comecei a trabalhar como doméstica. Igual eu falei, não tinha garantia nenhuma e não ia ficar trabalhando o resto da minha vida como doméstica, foi isso que me motivou a fazer o curso. Ele tinha ciúmes demais do curso, de eu estar estudando. (Entrevistada 12)

A incerteza na continuidade do relacionamento foi, assim, um dos fatores-chave para o investimento na carreira, pois seria a garantia de uma melhor renda. Isso pode ser explicado pelo fato de a renda feminina ser inferior à masculina, visto que em 2008, as mulheres ganhavam 65% do rendimento dos homens e, além disso, mulheres menos escolarizadas e com poucas opções para o cuidado da família e dos filhos apresentam menos chances de trabalhar fora de casa (FONTOURA; GONZALEZ, 2009). Outrossim, em decorrência do divórcio, a situação econômica familiar muitas vezes se deteriora porque o que outrora supria as necessidades de uma família, agora é dividido para duas famílias. Contudo, o padrão de vida declina mais para mulheres do que para os homens, principalmente para aquelas que detêm a guarda dos filhos, que podem, inclusive, passar por sérias dificuldades financeiras (DUNCAN; HOFFMAN, 1985; MORGAN, 1989; SHAPIRO, 1996 apud AMATO; WANG, 2000).

Outras duas entrevistadas disseram não ter passado por qualquer mudança nesse domínio da vida; e uma buscou se capacitar profissionalmente após o fim do casamento, conforme exemplificado a seguir:

Eu estou fazendo um curso técnico em enfermagem. Mas igual eu te falei, eu tive que primeiro cair, para eu perceber que tinha que fazer alguma coisa. Eu casei com 20 anos, não era tão nova não, mas não era velha também não. Então, você pensa só na casa, marido, filhos, entendeu?! Então, quando eu vi que não tinha mais nada, assim dizer, eu tinha que me virar, eu estou procurando meus meios de tentar melhorar alguma coisa. (Entrevistada 5)

Abdicar dos estudos e da carreira a fim de priorizar a família é a realidade vivenciada por muitas mulheres, talvez por acreditarem que o casamento não se dissolverá. Porém, com o fim do casamento, essa situação acarreta consequências negativas para a autoestima da mulher, que passa a se sentir desvalorizada perante a sociedade por não conseguir suprir suas demandas pessoais e a de sua prole, ao ter a renda familiar diminuída com a saída do cônjuge de casa. Isso porque a sociedade espera que a mulher seja capaz de se autossustentar, assim como a seus filhos, independente de ter qualquer experiência de trabalho ou habilidades/capacidades a ele relacionadas (BENOKRAITIS, 2008).

No que se refere ao *cuidado com os filhos*, quatro entrevistadas relataram ser melhor mãe hoje do que durante o casamento, de acordo com o depoimento abaixo:

Eu acho que eu sou muito melhor mãe hoje, justamente porque ficou tudo pra mim, então vamos dizer, não tem com quem contar. Quando você tem com quem contar você joga muito a responsabilidade para o outro. Eu acho que eu tenho mais paciência com ela, apesar de ser ainda muito brava, porque eu sou realmente muito rigorosa com ela, mas eu acho que eu tenho muito mais paciência, brinco mais, converso mais, eu tenho mais carinho com ela do que eu tinha antes, porque eu não tenho quem faça. (Entrevistada 7)

Tiveram relatos também de que não houve mudança nessa categoria de análise, pois a responsabilidade nos cuidados com os filhos sempre foi das mulheres, conforme relato abaixo:

Toda a vida foi eu mesma quem cuidou, desde pequenininha aqui no braço. Eu cuidei pra tudo. Na educação dela, pra levar ao médico, pra tudo foi eu. Por isso que eu até me separei dele, porque ele não me ajudava em nada, entendeu?! (Entrevistada 5)

Para Pedreira (2008), é inquestionável o fato que as ações de cuidado são realizadas por mulheres e que esse ato constitui-se como algo inerente ao “jeito de ser feminino”.

Segundo a autora, apesar de muitas vezes o papel do cuidado ser dividido com as redes sociais, principalmente da mãe, sogra, irmãs e cunhadas, a maioria das mulheres não reivindica o ato de cuidar por parte do homem.

Para outras três entrevistadas, o aumento da carga horária de trabalho remunerado após a separação/divórcio fez com que tivessem menos tempo para cuidar dos filhos. Para uma entrevistada, as filhas tiveram que assumir responsabilidades no tocante aos seus cuidados pessoais e alimentação.

Houve relatos também sobre a carência da figura masculina para a execução das tarefas de cuidado (2); sobre o ex-cônjuge não dar mais apoio nesse domínio da vida e a responsabilidade da mãe no cuidado ter aumentado (2); sobre a independência dos filhos em relação aos cuidados maternos em virtude do seu ciclo de vida (2); e sobre o fato de hoje em dia o ex-cônjuge ser mais presente nos cuidados com os filhos (1).

A administração dos domínios saúde, lazer e vida espiritual

No que diz respeito ao domínio *saúde* após a dissolução conjugal, cinco entrevistadas afirmaram que a saúde pessoal e familiar melhorou, como demonstra a fala que segue:

Então, assim que eu separei, eu fui à minha ginecologista e falei com ela da minha TPM, porque minha TPM é brava mesmo. E falei com ela que eu estava separando, e que eu estava com muito medo da minha TPM... Aí ela até me receitou, sabe, uns antidepressivos, muito de leve e tudo. Falei com ela que estava com medo de não dormir a noite, se eu podia tomar Rivotril, porque uma amiga minha toma. E ela falou que se eu pudesse ficar sem, seria melhor. Aí foi chegando e eu não precisei de nada. E o remédio que eu fazia uso para TPM antes, eu parei de usar. Eu tinha uma alergia também que assim, eu ficava com muita raiva no final do casamento, então eu tinha muito, eu coçava. Acabou também. (Entrevistada 10)

Além disso, quatro disseram também que não ocorreu qualquer mudança nesse domínio da vida, visto que os cuidados relacionados à saúde sempre foram de sua responsabilidade; três ficaram deprimidas e três perderam o plano de saúde. Estudos indicam que as mulheres relatam sofrer mais depressão, enquanto os homens maior abuso de álcool e fumo após a separação/divórcio. Tais reações refletem normas culturais sobre os papéis atribuídos ao gênero. Em outras palavras, na sociedade ocidental as mulheres tipicamente expressam o estresse passando por um processo de introspecção, enquanto os homens se envolvem em comportamentos de alto risco (MARTIN et al., 2005).

No que se refere ao *lazer* das entrevistadas, nove relataram que realizavam mais atividades de lazer do que quando eram casadas.

Eu acho que hoje, a gente sai mais, a gente curte mais, a gente sai domingo para fazer qualquer coisa na rua, para tomar sorvete, andar à toa, para passear na universidade, coisa que eu nunca fiz quando estava casada com ele. Eu acho que hoje a gente se diverte mais. A integração minha com ela (filha) é bem maior hoje do que era antes. Eu falo assim, que eu tenho o horário da noite para mim e os do dia para ela... Eu tenho que viver minha vida de solteira. Então, tem assim as noites de farra, de balada e como a minha mãe mora perto, [...] a minha mãe fica muito com ela para mim... (Entrevistada 7)

As justificativas das entrevistadas para a melhoria nesse domínio da vida se pautaram, principalmente, no aumento da liberdade, na integração com os filhos e na companhia para as atividades de lazer após a dissolução matrimonial.

Desse modo, dessas entrevistadas, cinco relataram a liberdade que passaram a ter após a dissolução conjugal e a opressão que sentiam enquanto casadas:

Olha, minha vida de casada sempre foi muito tensa. Eu vivia assim, com ele, com muito medo. Hoje eu me vi que não era amor que eu sentia por ele, era medo. Eu vou ser bem clara com você: ele era violento, ele me batia. Eu tinha muito medo dele. A gente saía, mas meu casamento era um casamento muito tenso. Eu tenho liberdade... (Entrevistada 3)

Pôde-se constatar a violência sofrida e a submissão da mulher e, também, o excesso de ciúmes do ex-cônjuge, como fatores que afetavam a liberdade e disponibilidade da entrevistada para os momentos de lazer durante o casamento.

Em contrapartida, para seis entrevistadas, após a separação ou divórcio, as atividades de lazer reduziram ou deixaram de existir, como pode ser constatado nas falas a seguir:

A gente saía mais né, viajava mais, até porque tinha carro e era mais fácil, mas na medida do possível eu faço assim, eu levo pra andar de bicicleta, de skate, levo pra jogar bola, procuro estar com a minha família... A qualidade é a mesma, acho que o que mudou foi a frequência... A gente viajava mais vezes, a gente ia a mais lugares e hoje não faz isso né, por questão financeira, não tem carro, é mais difícil. (Entrevistada 1)

A ausência ou redução das atividades de lazer se devem, principalmente, à redução da renda, do tempo e pela necessidade de capacitação e aumento da jornada de trabalho que se deu em virtude da separação ou divórcio. Nesse sentido, o lazer tem relação, influencia e é influenciado pelas outras esferas da vida (MARCELINO, 1996).

Além disso, para duas depoentes, esse domínio da vida não teve nenhum tipo de mudança e uma relatou que durante o matrimônio não tinha atividade de lazer e que passou a ter com o término do casamento.

Já no que diz respeito à *vida espiritual*, sete entrevistadas relataram que, após a dissolução da sociedade conjugal, aumentou a busca por Deus, a fé e a frequência à igreja, conforme exemplificado na fala seguinte:

Eu acho que hoje em dia tá mais forte, a procura né, porque é uma coisa que sustenta mesmo né, é impressionante. Isso estava bem fraquinho na minha vida antes e hoje eu busco isso mais. E ficou uma coisa gostosa, ficou uma coisa boa, é uma coisa que mudou e mudou pra melhor. Sempre que eu vou, eu levo os meus filhos... (Entrevistada 1)

Nesse sentido, apesar do aumento da fé, uma entrevistada relatou o seu desconforto ao frequentar a igreja do seu bairro pelo fato de estar separada:

Com a minha separação, eu voltei a participar da igreja, até porque eu precisava de apoio. Eu fiquei na época muito transtornada, porque não era uma coisa que eu contava pra minha vida. Conteí que eu ia ficar casada para o resto da vida. Então, assim, eu fiquei muito transtornada. Ele era meu primeiro namorado, eu não tinha experiência de vida nenhuma, eu me vi sozinha, sem saber o que fazer, e com uma filha de cinco anos. Só que a minha separação eu acho que ela me restringe um pouco também a voltar a frequentar a igreja. Eu não comungo mais, então assim, eu não me sinto muito à vontade, por exemplo, de ir à missa aqui no meu bairro, porque eu acho que as pessoas me olham. As pessoas sabem que eu sou separada, então se eu não for à fila da comunhão, é uma coisa minha, eu acho que as pessoas ficam me olhando, então eu não gosto. Eu acho que eu frequento na mesma proporção que eu frequentava antes, porém eu acho que a minha fé é bem maior hoje. (Entrevistada 7)

A espiritualidade pode ser definida como aquilo que traz sentido e propósito à vida dos indivíduos, contribuindo com a saúde e qualidade de vida de muitas pessoas (PERES et al., 2007). Dessa maneira, o apoio nesse domínio contribui para a melhoria e qualidade dos outros domínios da vida.

Além disso, algumas entrevistadas relataram que, no momento difícil que passaram com a separação ou divórcio, os familiares e amigos se aproximaram para dar apoio; outras relataram que passaram a buscar a igreja quando o casamento estava chegando ao fim; e outras manifestaram a ausência de mudança nesse domínio da vida, sendo que cada um dos três casos descritos acima contou com 3 citações. Foi relatada, ainda, pela minoria (2), a redução da frequência à igreja após o fim do casamento.

Considerações finais

Na administração dos diferentes domínios da vida da nova família, destaca-se a reestruturação do tempo, o estabelecimento de novas demandas e prioridades e o amadurecimento do indivíduo, além do papel imprescindível das redes sociais em cada uma das esferas da vida.

Toda e qualquer mudança na estrutura da família acarreta um remanejamento de funções, modificação nos papéis desempenhados e adaptação ao novo cotidiano familiar, que podem ser positivas ou negativas. As mulheres, ao vivenciarem o processo de separação/divórcio, passam, naturalmente, por mudanças em suas vidas. Estas são advindas do acúmulo de tarefas e responsabilidades outrora desempenhadas pelo cônjuge. Além disso, a redução da renda familiar ainda as faz ter que ampliar a

carga horária de trabalho, o que contribui para aumentar a dificuldade em administrar suas diferentes demandas e exercer seus papéis.

No entanto, cabe destacar os aspectos positivos que ocorrem com essa nova configuração familiar, principalmente no que tange aos domínios *trabalho remunerado*, *trabalho doméstico* e *lazer*, podendo-se citar o crescimento profissional, a redução das tarefas domésticas e a ampliação das atividades de lazer pessoal e familiar. Os domínios *renda familiar* e *educação dos filhos*, embora possam sofrer consequências negativas, como a redução da renda e a ausência paterna, também são responsáveis por resultados positivos à vida da mulher, como a capacitação e o crescimento profissional em busca de melhoria financeira e, ainda, o estabelecimento de seus critérios para a educação dos filhos, que muitas vezes se confrontava com os do pai.

As mulheres passam a vivenciar um empoderamento do seu papel de mãe e mulher, trazendo maior aproximação entre elas e seus filhos, além de maior independência – seja financeira ou pessoal. Infere-se, assim, que a continuidade de um casamento problemático e com relações desgastadas pode trazer consequências muito mais graves do que a reestruturação do núcleo familiar após a separação/divórcio.

A família nuclear tem cedido lugar a novos arranjos familiares e, com isso, a novos modos de se relacionar e de administrar a vida. O papel de provedor da família não é mais exclusivo ao homem e, embora o papel de cuidadora, na maioria das vezes, ainda recaia somente sobre a mulher, ele tem sido dividido com os membros da rede de apoio social, o que confirma a sua importância principalmente para a mulher detentora da guarda do filho que é a responsável por gerir a nova família.

Referências

- ADDAMS, J. Age and relative importance of major life domains. *Journal of Aging Studies*, v. 19, n. 4, p. 503-512, 2005.
- AMATO, P. R.; GILBRETH, J. G. Nonresident fathers and children's well-being: a meta-analysis. *Journal of Marriage and the Family*, v. 61, n. 3, p. 557-573, 1999.
- AMATO, P. R. The consequences of divorce for adults and children. In: MILARDO, R. M. *Understanding families into the new millennium: a decade in review*. Minneapolis: National Council on Family Relations, 2002. p. 488-506.
- AMATO, P. R.; WANG, H. Predictors of Divorce Adjustment: Stressors, Resources, and Definitions. *Journal of Marriage and the Family*, v. 62, n. 3, p. 655-668, 2000.
- BABBIE, E. *Métodos de pesquisa de survey*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1999.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2009.
- BENOKRAITIS, N. V. *Marriages & families: Changes, choices, and constraints*. 6. ed. Upper Saddle River, New Jersey: Pearson Prentice Hall, 2008.
- CARTER, B.; MCGOLDRICK, M. *As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar*. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.
- DANTAS, C.; JABLONSKI, B.; FÉRES-CARNEIRO, T. Paternidade: considerações sobre a relação pais-filhos após a separação conjugal. *Paidéia*, v. 14, n. 29, p. 347-357, 2004.
- DERMOTT, E. What's parenthood got to do with it?: men's hour of paid work. *The British Journal of Sociology*, v. 57, n. 4, p. 619-634, 2006.
- DOMBECK, M.; JOLYN WELLS-MORAN, J. Psychological self-tools. Disponível em: <http://www.centersite.net/poc/view_doc.php?type=doc&id=9693&cn=353>. Acesso em: 05 fev. 2011.
- EYMANN, A.; BUSANICHE, J.; LLERA, J.; DE CUNTO, C.; WAHREN, C. Impact of divorce on the quality of life in school-age children. *Jornal de Pediatria*, v. 85, n. 6, p. 547-552, 2009.
- FONTANELLA, B. J. B.; RICAS, J.; TURATO, E. R. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 24, n. 1, p. 17-27, 2008.
- FONTOURA, N. O.; GONZALES, R. *Aumento da participação de mulheres no mercado de trabalho: mudança ou reprodução da desigualdade?* Nota Técnica, Mercado de Trabalho: conjuntura e análise. n. 46, p. 33-38, 2009.
- FURSTENBERG, F. F.; KIERNAN, K. E. Delayed parental divorce: How much do children benefit? *Journal of Marriage and the Family*, v. 63, n. 2, p. 446-457, 2001.
- GASPARONI, M. M. *Família, redes sociais e empoderamento: uma análise no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – Ubá/MG*. 2007. 120 f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2007.
- GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

- GOLDANI, A. Família, gênero e políticas: famílias brasileiras nos anos 90 e seus desafios como fator de proteção. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 19, n. 1, p. 29-48, 2002.
- GOLDSMITH, E. *Resource management for individuals and families*. Belmont, CA: Waldsworth/Thompson Learning, 2000.
- GUTIERREZ, D. M. D.; MINAYO, M. C. S. Família, redes sociais e saúde: O imbricamento necessário. In: *Fazendo gênero 8 – corpo, violência e poder*. Anais... Simpósio Temático 58 – Feminismos e maternidade: diálogos (im)pertinentes. Florianópolis-SC, 2008.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estatísticas do Registro Civil de 2008. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/registrocivil/2008/rc2008.pdf>>. Acesso em: 19 jan. 2011.
- _____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Síntese 2009. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/default.shtm>>. Acesso em: 15 jan. 2011.
- LOSADA, B. L.; ROCHA-COUTINHO, M. L. Redefinindo o significado da atividade profissional para as mulheres: o caso das pequenas empresárias. *Psicologia em Estudo*. v. 12, n. 3, p. 493-502, 2007.
- MARCELLINO, N. C. *Estudos do lazer: uma introdução*. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.
- MARTIN, L. R.; FRIEDMAN, H. S.; CLARK, K. M.; TUCKER, J. S. Longevity following the experience of parental divorce. *Social Science & Medicine*, v. 61, n. 10, p. 2177-2189, 2005.
- MONTALI, L. Relação família-trabalho: reestruturação produtiva e desemprego. *São Paulo em Perspectiva*, v. 17, n. 2, p. 123-135, 2003.
- NASCIMENTO, A. N. População e família brasileira: ontem e hoje. In: XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 15., ABEP. Anais... Caxambu - MG, p. 1-24, 2006.
- OLIVEIRA, E. P. O ensino superior e as trabalhadoras domésticas: discussões motivadas por um estudo de caso. *Anuário da Produção Acadêmica Docente*, v. 3, n. 4, 2009.
- OLIVEIRA, P. P. *A construção social da masculinidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004.
- OLIVEIRA, Z. L. C. Assim caminha a família brasileira: Indicações do quadro empírico. In: SIMPÓSIO DE ECONOMIA FAMILIAR: uma olhada sobre a família nos anos 90. Viçosa-MG. Anais... Viçosa - MG: UFV, p. 164-183, 1994.
- PEDREIRA, C. S. Sobre mulheres e mães: uma aproximação à teoria do cuidado. In: *Fazendo Gênero 8 – Corpo, Violência e Poder*. Anais... Simpósio Temático 58 – Feminismos e maternidade: diálogos (im)pertinentes. Florianópolis-SC, 2008.
- PERES, J. F. P.; SIMAO, M. J. P.; NASELLO, A. G. Espiritualidade, religiosidade e psicoterapia. *Revista psiquiatria clínica*, v. 34, supl. 1, p. 136-145, 2007.
- PUGLISI, M. L.; FRANCO, B. *Análise de conteúdo*. Brasília: Plano Editora, 2003.
- SANTOS, L. S. *Profissão: do lar a (des)valorização do trabalho doméstico como desdobramento da (In) visibilidade do feminino*. 2008. 142 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e Cultura) – Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2008.
- SARAIVA, F. C. *Serviços gerais e trabalho doméstico: a participação masculina*. 2000. 72 f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2000.
- SILVA, E. Guarda de filhos: aspectos psicológicos. In: BONATO, C.; MAIA, W. (org.). *Guarda Compartilhada: aspectos psicológicos e jurídicos*. Porto Alegre: Equilíbrio, 2005.
- TEYKAL, C. M.; ROCHA-COUTINHO, M. L. O homem atual e a inserção da mulher no mercado de trabalho. *PSICO*, Porto Alegre, PUCRS, v. 38, n. 3, p. 262-268, 2007.
- TEIXEIRA, K. M. D. *A administração de recursos na família: Quem? Como? Por quê? Para quê?* Viçosa: Ed. UFV, 2005.
- _____. *As redes sociais e seu papel na administração dos diferentes domínios da vida: o caso dos detentores da guarda dos filhos*. 2010. (Projeto de pesquisa) Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq).
- THORNBERRY, T. P.; SMITH, C. A.; RIVERA, C.; HUIZINGA, D.; STOUTHAMER-LOEBER, M. *Family disruption and delinquency*. Washington, DC: U. S. Department of Justice, Office of Justice Programs, Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention. 1999.
- WAGNER, A., PREDEBON, J.; MOSMANN, C.; VERZA, F. Compartilhar Tarefas? Papéis e Funções de Pai e Mãe na Família Contemporânea. *Psicologia: teoria e pesquisa*. v. 21, n. 2, p. 181-186, 2005.

¹ Divórcio direto é aquele resultante da separação de fato por mais de dois anos (IBGE, 2008).

² Divórcio indireto é aquele decorrente da conversão da separação judicial após um ano, contado da data da decisão (IBGE, 2008).

³ De acordo com Addams (2005), os principais domínios da vida são: trabalho, vida familiar, saúde, religião, amizades, situação financeira, tempo livre, vizinhança. Para o autor, os pesquisadores têm reconhecido que nem todos os aspectos da vida são igualmente importantes para todos os indivíduos, mas todos são de fundamental importância para o bem-estar subjetivo, incluindo a felicidade, a moral e a satisfação com a vida. Além disso, os indivíduos podem perceber a importância dos vários domínios da vida de forma distinta em diferentes fases do ciclo de vida. Para este estudo, adaptou-se os domínios propostos por Addams (2005). As esferas amizades e vizinhança, por se constituírem como redes de apoio social, foram retiradas, sendo incluídas as esferas educação (dos filhos e pessoal), trabalho doméstico e cuidados com os filhos aos demais domínios citados pelo autor. Além disso, o termo vida familiar não foi utilizado para um domínio específico, uma vez que acredita-se que o mesmo é contemplado nos domínios anteriormente citados, visto que a unidade familiar é o objeto de estudo desta pesquisa.

⁴ Cabe destacar que a referida pesquisa foi submetida à aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, da Universidade Federal de Viçosa, sendo iniciada no mês de junho de 2010, após aprovação pelo referido comitê (Of. nº. 026/2010). Foi realizado um teste piloto para validar o roteiro de entrevista e todas as entrevistadas assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, após receberem os esclarecimentos acerca dos objetivos e aspectos éticos da pesquisa.

⁵ Dezesete entrevistadas desenvolviam atividade remunerada, sendo que seis estavam no setor de serviços domésticos gerais; quatro no setor de educação; duas atuavam como operadoras de comércio; uma atuava no setor de administração de edifício; uma atuava no setor de cobrança; e, três entrevistadas desenvolviam mais de uma atividade.